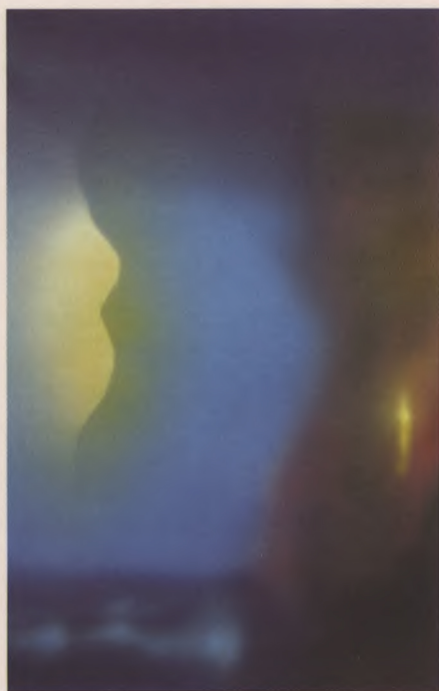


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**SPINOLA, PORTUGAL E O MUNDO:
PENSAMENTO E ACÇÃO POLÍTICA NOS ANOS DA GUINÉ**
-1968-73

"Permanência e continuidade sim; mas para tanto é preciso estar-se no mundo, e estar no mundo é acompanhá-lo nas suas mutações".

António de Spínola, 1973.

1. Introdução

No dia 30 de Setembro de 1974, após cinco meses incompletos como titular do cargo de Presidente da República, Spínola (1910-1996) renuncia. Profere então um discurso, imbuído da habitual estilização, embora desta feita com um tom grave correspondente à conjuntura política do momento, onde afirma o seguinte: "Começarei por afirmar que não é de hoje nem de ontem a minha adesão ao espírito do Movimento das Forças Armadas. Desde a nomeação para o cargo de Governador da Guiné que sempre expus frontalmente, primeiro sem publicidade por dever de ética e depois publicamente, a minha total oposição ao ideário e aos métodos do velho regime. E isso sem rodeios nem eufemismos, antes falando a rude linguagem da verdade que, como soldado e como combatente, jamais deixei de utilizar"⁽¹⁾.

* Mestrando da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Livraria Bertrand, 1976, pp. 211-212.

Neste parágrafo, o próprio Spínola anuncia aqueles que a nosso ver constituem os aspectos fundamentais ou directrizes a seguir no prosseguimento do objectivo que é o do estudo que agora se apresenta - a análise do pensamento spinolista, particularmente no que refere à concepção da "Nação Portuguesa" e do seu "lugar no Mundo" antes do 25 de Abril -, os quais se podem enunciar da seguinte forma:

- A "nomeação para o cargo de Governador da Guiné". Cargo que desempenharia cumulativamente com o de Comandante-Chefe das Forças Armadas entre Maio de 1968 e Agosto de 1973. Período temporal que serve de enquadramento a este estudo. Seria no desempenho destas funções que o "General do monóculo" desenvolveria a sua "Ideia Nacional", expressa nos quatro espessos volumes publicados pela Agência-Geral do Ultramar⁽²⁾, compilação dos textos (discursos, entrevistas, actas, etc.) assinados por Spínola, cujo profundo estudo é indispensável para uma compreensão *translúcida* da sua actuação nos velocíssimos treze meses que vão da sua recusa a um novo mandato na Guiné, em Agosto de 1973, à renúncia ao cargo presidencial, como já foi referido, em Setembro de 1974.

- A "oposição ao ideário e aos métodos do velho regime". Que não "total", segundo veremos, e, como refere, "oposição ao ideário e aos métodos", não "oposição ao regime". Como constataremos, o "Homem Grande da Guiné" era uma personalidade deveras particular. Conjugava um espírito e pensamento livre e independente, não se coibindo de criticar com uma certa dose de ousadia as lideranças e orientações do regime, com um sentido de legalismo e fidelidade algo *cavaleirescos*. Originalidade essa visível, para além do rebusque no culto da imagem (monóculo, pingalim, luvas pretas, postura *prussiana*), na passividade demonstrada perante as oportunidades de tomada do poder "oferecidas" pela Ala Liberal e depois por Marcelo, e mais tarde durante o desenvolvimento do Movimento das Forças Armadas, aceitando o protagonismo e as Presidências (da Junta de Salvação Nacional e da República) na ilusão de que a disciplina e hierarquia militar eram inabaláveis.

⁽²⁾António de Spínola, *Por uma Guiné Melhor*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970; *Linha de Acção*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1971; *No Caminho do Futuro*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972; *Por uma Portugalidade Renovada*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1973.

- A sua apresentação "como soldado e como combatente". Este é um aspecto aparentemente simples e óbvio mas de extrema importância. Spinola *foi* pontualmente um político, por muito que efectivamente o desejasse ser, mas *era* sobretudo um militar. Antes de tudo o mais e por vocação, como o próprio repetidamente gostava de evocar. E o seu pensamento deve ser entendido, em primeiro lugar, embora de forma alguma exclusivamente, numa linha conceptual alicerçada na instituição militar, protagonizada por militares e transversal a todos os regimes políticos do séc. XX português até 1974, cujos níveis de permeabilidade político/ideológica seriam *a priori* limitados e secundários.

Começaremos, precisamente, no capítulo que se segue, por enquadrar o pensamento de Spinola, recorrendo a um autor, também ele militar excepcional e com experiência africana, e a uma obra, apesar de pouco relevante para a construção do Estado Novo e insuficientemente conhecida, paradigmática da estrutura nocional militar tradicional da "Nação"⁽³⁾. Que coincidia com a do Estado Novo, pois se Salazar *teorizou* e *civilizou* o 28 de Maio, nunca o *desmilitarizou*. Procurando entrever-se as naturais clivagens verificadas entre os dois momentos críticos da "consciência colonial" nacional, os anos trinta e os anos sessenta⁽⁴⁾.

1. A "Grande Nação portuguesa"

Na sua tese de formatura na Universidade de Coimbra - O *fundo atlântico da Raça* -, em 1901, João de Almeida (1873-1953) afirma ter sido levado "a concluir pela independência antropológica do português, frente ao homem mediterrâneo". Reconhecendo "a originalidade da raça autóctone", concebe o português como a raça especialmente vocacionada para o Atlântico, seu destino manifesto, o genuíno "HOMO

(3) General João de Almeida (1873-1953), *Nacionalismo e Estado Novo*, Conferência realizada no Teatro de São Carlos em 26 de Maio de 1932, separata do n° 84 do *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, 1932. Esta obra conheceu novas publicações e divulgação por altura das comemorações do "Ano X da Revolução Nacional", em 1936, o que demonstra que o autor estava em sintonia com o regime.

(4) Fernando Rosas, "Estado Novo, império e ideologia imperial", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, voi. 17,1995, pp. 19-32.

ATLANTICUS"⁽⁵⁾ 6. Nos três quartos de século subsequentes esta visão permaneceria essencialmente inalterada. Spínola não imaginava Portugal sem o Atlântico, nem este sem a presença dos portugueses. Porém, haveria de divergir quanto à "ideia central e dominante - A IDEIA DO IMPÉRIO - uno e indivisível, no espaço e no tempo, na História, na política e na administração."⁽⁶⁾

Salvaguardadas as notórias divergências, que, como veremos, serão mais do que simples *maquilhagem* discursiva, Spínola reafirma, no seu improviso⁽⁷⁾ proferido no acto de posse como Governador da Guiné, em 20 de Maio de 1968, a firme intenção de dar "continuidade [...] à secular linha de rumo que moldou, na sua feição civilizadora e multirracial, a nossa ditosa Pátria - a Grande Nação Portuguesa". Semelhante inalterabilidade se verifica em relação a "êsse carácter quasi imaterial" do Império, consubstanciado na "ideia de Metrópole (cabeça-mãe) e das suas parcelas, unidas todas nos mesmos objectivos superiores, visando permanentemente a constituição de um MEIO PORTUGUÊS, idêntico na essência e nas aspirações, quaisquer que sejam as circunstâncias de tempo, de lugar e de raça"⁽⁸⁾, quando o Governador da Guiné, movido pelos "altos ideais que as leis da História fixaram à Nação portuguesa", afirma peremptoriamente, na sessão do Conselho de Governo, em 7 de Novembro de 1969, e "para que não pudesse ficar qualquer dúvida ao Mundo [...], que a política de unidade da Nação Portuguesa não resulta de uma 'teimosia' de Salazar e Marcello Caetano, mas corresponde à vontade de um povo, firmada em oito séculos de história"⁽⁹⁾.

Numa mesma orientação ontológica, o "Meio Português" cede lugar à "Portugalidade" ou à "forma Portuguesa de estar no Mundo" convictamente advogadas por Spínola, que incessantemente repetia estas expressões.

No entanto, enquanto João de Almeida tinha uma visão *racialista* do Império⁽¹⁰⁾ característica dos finais do séc. XIX, Spínola veiculava um

⁽⁵⁾ João de Almeida, *idem*, p. 9. A expressão em maiúscula é do autor.

⁽⁶⁾ *Idem*, p. 22. A expressão em maiúscula é do autor.

^ António de Spínola, *Por uma Guiné Melhor*, pp. 9-12.

⁽⁸⁾ João de Almeida, *idem*, p. 24. A expressão em maiúscula é do autor.

⁽⁹⁾ António de Spínola, *idem*, p. 217.

⁽¹⁰⁾ Em plena Grande Guerra (1914-18), trágico culminar dos Imperialismos transitados do século XIX, Almeida, na sua primeira grande obra - *Visão do Crente* - de 1915, expressa apaixonadamente a sua visão imperialista e a sua crença

pensamento e uma visão diametralmente opostos. A "Grande Nação Portuguesa" era para ele a "Nação pluricontinental e plurirracial" que insistentemente mencionava, de uma especificidade ímpar, sobre a qual não tinha dúvidas, citando o próprio Salazar quando este disse que "somos, além do mais, e a melhor título que outros, uma Nação Africana"⁽¹¹⁾. Fundamentando, contudo, a asserção no facto de os portugueses, segundo Spínola, assentarem "a sua acção na dignificação e promoção do homem"⁽¹²⁾.

Tanto a sua concepção da Nação e a sua "revolucionária" acção política, que mais adiante desenvolveremos, como a própria *aparição* de uma figura carismática como a de Spínola, surgem, qual raio de sol no instante apocalíptico, numa conjuntura resultante de um processo evolutivo formal algo errático da Nação (Imperial) Portuguesa, que nos devolve ao pensamento de João de Almeida.

Criticando implacavelmente o Liberalismo e o Estado Liberal, "que - diz ele - na sua fraqueza, na sua fragilidade, no seu *agnosticismo*, é incapaz de realizar a política de grandeza que nos convém"⁽¹³⁾, socorrendo-se, inclusive, para isso de Alfredo Rocco (1875-1935), e o século XIX português, "em que o espírito nacional foi vencido em todas as esferas de actividade pelas ideias exóticas importadas"⁽¹⁴⁾, declara "que o mal se foi agravando até que na própria nomenclatura oficial o termo *provincia* foi substituído pelo de *colónia*, como a darmos ao Mundo a impressão de que as parcelas do Império não são já partes integrantes da Nação, mas excrescências que poderão um dia escapar-se à soberania"⁽¹⁵⁾.

"no futuro desta raça privilegiada, na reconstrução da nossa Pátria, segundo o genial traço dos nossos antepassados, e que o destino de Deus e a vontade dos homens um dia, poderão dar realidade na formação do *Império Lusitano*". Segundo ele, "surge em Camões, clara e pela primeira vez definida, a IDEIA IMPERIALISTA, numa concepção material da expansão da Raça no espaço e no tempo". *Idem*, pp. 20-21

⁽¹¹⁾ António de Spínola, *idem*, p. 388.

widem, p. 128.

⁽¹³⁾ João de Almeida, *idem*, p. 35.

⁽¹⁴⁾ *Idem*, pp. 25-26.

⁽¹⁵⁾ Transcreve-se aqui a continuação do parágrafo devido ao interesse do seu conteúdo e à inoportunidade de o fazer no texto: "[...] sob o pretexto de que como simples colónias delas não somos senão meros detentores, sempre arriscados

Almeida toca assim directamente, logo em 1932, numa questão central da problemática Nacional (entenda-se, Imperial), tão cara ao Estado Novo.

Mostrando "repulsa contra o sentido mesquinho da divisão colonial", define como primeiro objectivo da política imperial a "conservação e defesa do território", numa política baseada, em termos internos, no "desconhecimento" dos partidos e na perseguição duma sólida unidade nacional e de "ressurgimento português *nos sentimentos, nas ideias, nas acções*"⁽¹⁶⁾, e, em termos externos, na multissecular aliança com a Inglaterra. Para tal faz algumas propostas, que vão no sentido da uniformização do "todo português" através da "exportação" do modelo político-administrativo do "Portugal da Europa", como lhe chamou o próprio João de Almeida, para o ultramar.

Consentâneo com a sua ideia *horizontal e rígida* de unidade nacional, defende que "a Lei terá de ser fundamentalmente a mesma para todas as terras e tôdas as gentes, que a bandeira portuguesa cobre e protege, e em qualquer das parcelas imperiais comungam nas mesmas ansiedades e trabalham para a mesma obra - sem excepção de cor ou de raça"⁽¹⁷⁾, desprezando as diferenças e especificidades regionais. Propõe a divisão administrativa do Império em províncias, "à maneira romana", e estas em distritos ou comarcas, dependendo o seu número da dimensão das diferentes províncias, bem como a divisão destes últimos em concelhos e freguesias, por substituição das divisões e postos civis, "estádio final que se pretende atingir". Porque "a divisão administrativa deverá ser o primeiro esqueleto do Império a dar-lhe unidade, coesão e força"⁽¹⁸⁾.

A argumentação de João de Almeida em prol da rejeição da terminologia *colonial*, mais do que do *paradigma*, afigura-se de uma prematuração e intemporalidade, no contexto do Estado Novo, inegáveis, pois quer Salazar quer Marcelo dar-lhe-iam razão. Não resistimos por isso a

a sermos desapossados quando não as administrássemos em termos de que estrangeiros seriam os juizes". Afirmções quase proféticas, até na terminologia, em face do embate político/diplomático travado entre o governo português e a ONU na década de sessenta. A este propósito, *vide* Franco Nogueira, *Diálogos Interditos*, vols. I e II, Lisboa, Intervenção, 1979.

TM*Idem*, pp. 26-28.

⁽¹⁷⁾*Idem*, pp. 28-29.

^m*Idem*, p. 45.

citar de novo o mesmo autor: "Numa concepção rigorosa de unidade imperial o termo 'Colónia' está deslocado. Portugal não tem colónias - no sentido em que se toma o termo na legislação internacional - mas sim províncias ultramarinas, parcelas de si próprio, tão indissociáveis na ordem política, moral e económica perante o conjunto metropolitano, como as províncias da Europa ou insulares. [...] Neste pensamento, o Ministério das Colónias deve, portanto, passar a denominar-se - para corresponder à sua verdadeira missão - Ministério do Ultramar"⁽¹⁹⁾.

Contudo, este texto de João de Almeida surge, em 1932, já posteriormente, e porventura como resposta e contra-proposta, ao documento oficial para a política colonial do Estado: o Acto Colonial de 1930, cuja publicação foi promovida pelo próprio Salazar enquanto assumia interinamente o Ministério das Colónias⁽²⁰⁾.

Desde 1926 que a Ditadura Militar firmara a questão imperial no centro das suas preocupações, indissociando a Nação Portuguesa das Colónias. Logo a 2 de Outubro de 1926, João Belo, o então ministro das Colónias, promove a adopção das novas Bases Orgânicas da Administração Colonial (e, mais tarde, as cartas orgânicas das oito colónias). Três anos depois, em 1929, publicou-se, no domínio económico, uma pauta de carácter proteccionista. O Acto Colonial surge então, simultaneamente, como uma síntese dos diplomas anteriores e uma nova disposição, com uma feição definitiva e *irrevogável*, característica do salazarismo, substituindo o capítulo V da Constituição de 1911, sendo anexado na Constituição de 1933⁽²¹⁾, como segunda parte, e dissolvido na revisão constitucional de 1951.

Vigente nas duas primeiras décadas do Estado Novo, o Acto Colonial reafirma para Portugal a sua "função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos", respondendo ainda à ameaça nazi-fascista que pairava por esses anos sobre os territórios ultramarinos portugueses, declarando que "o Estado não aliena, por qualquer título, nenhuma parcela do seu território colonial. Os outros Estados não podem adquirir nenhuma porção dele, salvo para estabelecimento da representação consular, mediante reciprocidade". Entra-se então

⁽¹⁹⁾*Idem*, pp. 46-47.

^(2°) Decreto n° 18 570, de 8 de Julho.

⁽²¹⁾Fernando Rosas, *Estado Novo*, in José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Estampa, 1993-1994, p. 284.

numa fase imperial marcada por uma política nacional integradora e centralizadora, quer do ponto de vista ideológico, quer dos pontos de vista institucional, administrativo e económico⁽²²⁾.

Na revisão constitucional de 1951 procede-se, finalmente, às alterações terminológicas (e basicamente fica-se por aí) tão defendidas por Almeida. O "império colonial" e as "colónias" cedem lugar ao "ultramar português" e às "províncias ultramarinas". Um mundo em rápida mutação e que já se adivinhava hostil a este Portugal Imperial assim o exigia.

O intensificar da bipolarização da ordem internacional, com o *aquecimento* da Guerra-fria, e a Conferência de Bandung, em 1955, onde, para Adriano Moreira⁽²³⁾, entre outros, "*tudo começou*"⁽²⁴⁾, ou seja, o despoletar massivo das independências das antigas colónias, principalmente em África, que geraram um *clima* internacional extremamente complexo e difícil para Portugal.

Salazar estava, obviamente, atento e sensível à conjuntura e pressão externas. Segundo o General Kaúlza de Arriaga⁽²⁵⁾, quando entrou para o governo, em 1955, Salazar ter-lhe-á mostrado um novo "*Conceito Ultramarino Português*", elaborado logo a seguir à revisão constitucional de 1951⁽²⁶⁾. Procurando manter a união, aparentemente indiferente na

⁽²²⁾Em 1 de Junho de 1933 reúne-se a Conferência Imperial Colonial; em 1934 abre no Porto a I Exposição Colonial Portuguesa, decorrendo em simultâneo o I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colónias; a 8 de Junho de 1936 reúne-se a I Conferência Económica do Império Colonial, e em 1937 é a vez de abrir a Exposição Histórica da ocupação. José Mattoso, *idem*, p. 286.

⁽²³⁾O Professor Adriano Moreira sintetiza, numa conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 21 de Junho de 1955, intitulada "A Conferência de Bandung e a Missão de Portugal", as principais vertentes ou intenções saídas do projecto de Bandung, onde se destacam os seguintes pontos:

"b) Afastar a influência das últimas potências chamadas colonialistas.

e) Alcançar a maioria na ONU e fazer admitir a China comunista.

g) Sustentar as reivindicações dos países africanos, ainda dominados pela Inglaterra, França, Bélgica e Portugal: reconhecer os chefes dos movimentos de emancipação, fornecer-lhes armas e dinheiro".

⁽²⁴⁾Manuel Bernardo, *Marcello e Spínola: a ruptura: as Forças Armadas e a imprensa na queda do Estado Novo, 1973-1974*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 24-25.

⁽²⁵⁾Em entrevista concedida ao jornal *O Dia*, de 19 de Maio de 1992. Manuel Bernardo, *idem*, pp. 32-33.

⁽²⁶⁾"Definir-se-ia nas seguintes oito alíneas, se bem que as quatro últimas deveriam ser consideradas, por alguns anos, como segredo de Estado, pois o seu

forma, dos territórios portugueses, propunha o rápido desenvolvimento global (social, cultural e económico) para que se pudesse consultar as populações "sobre os arranjos políticos na verdade desejados", evitando interferências externas no processo. Jorge Jardim, em 1976⁽²⁷⁾, confirma as intenções de Salazar, que, segundo aquele, sonhava com a formação de uma "Comunidade Lusíada", que incluiria também o Brasil, anti-racista, cujos laços de amizade não podiam ser, de forma alguma, comprometidos pelo *problema* africano; antes pelo contrário, deveriam ser estreitados.

Para além das tentativas *reformistas* de Adriano Moreira, em 1962 surgem duas *novas* propostas: de Marcello Caetano e de Manuel José Homem de Mello. Ambos apontavam para uma solução federalista, de inspiração norte americana, sendo que o livro de Homem de Mello, *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, como o próprio afirmou, "não era uma tentativa de solução. Era uma tentativa de tocar o sinal de alarme no sentido de indicar que a solução oficial é que não era solução"⁽²⁸⁾.

anúncio prematuro seria drasticamente contraproducente, conduzindo fatalmente a autodeterminações precoces:

a) Manutenção firme do conjunto unido dos territórios portugueses europeus e ultramarinos, que o eram, em 1950.

b) Promoção, o mais acelerada possível, do seu processo económico, social e político, em particular educacional, de saúde e cívico.

c) Intensificação da implantação, nos mesmos territórios, da Solução Portuguesa de paridade, harmonia e dignificação étnicas, de coexistência de relações e crenças e de conciliação de culturas e tradições [...].

d) Tudo com a finalidade da consecução de um elevado grau de desenvolvimento global.

e) Conseguido esse grau de desenvolvimento promissor de autodeterminações autênticas (proposição fulcro da política ultramarina portuguesa, informação por forma exaustiva e isenta das populações dos territórios sobre as características e 'modus faciendi' dos diversos arranjos políticos possíveis - unidade, federação, confederação, comunidade ou separação total), e sobre a natureza e positividade, no momento, da Solução Portuguesa.

f) Em seguida, consulta geral e igualmente isenta, das mesmas populações, sobre os arranjos políticos na verdade desejados.

g) Por fim, adopção efectiva e rigorosa das opções verificadas na consulta.

h) Tudo prevenindo interferências estrangeiras ou de terceiros", *ibidem*.

⁽²⁷⁾No livro *Moçambique Terra Queimada*, Lisboa, Intervenção, 1976.

⁽²⁸⁾ Em entrevista ao jornalista João Paulo Guerra, reproduzida na sua obra *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, p. 26.

Com a "Grande Nação Portuguesa" em processo de degradação rumo à desagregação sucederam-se as propostas. Sucederam-se os projectos. Sucedeu-se, mais uma vez, a *permanência*. O livro de Homem de Mello, com prefácio de Craveiro Lopes, deu que falar mas não foi ouvido. Caetano, nem foi ouvido nem, quando chegou ao poder, se fez ouvir. (Por incapacidade ou por força da adversidade da conjuntura, ou ainda por ambas?) Salazar deixou permanecer o seu *novο* "*Conceito Ultramarino Português*" no secretismo, porque havia encontrado uma saída para o *velho*: a vitória militar numa guerra que parecia ter surgido para o consolidar no poder. Isto porque, segundo Adriano Moreira, logo em Abril de 1961 verificou-se uma "mudança de atitude e de percepção dos que, até esse momento, apoiavam o reformismo e que, a partir desse momento, entenderam talvez o que pode formular-se desta maneira: quem ganha a guerra não faz reformas. E, nesse momento, estabeleceu-se a convicção de que o conflito estava ganho".⁽²⁹⁾

3. O "espaço Português": "Renovação na continuidade"

Em Abril 1961, sob o calor do despoletar da guerra em Angola, para a qual se ofereceu de imediato como voluntário, Spínola comete o *atrevimento*, numa carta endereçada a Salazar, de o criticar e, mais importante, de o alertar para a gravidade da *situação*: "*V. Ex.^a ganhou a última batalha; mas, se as coisas não mudam radicalmente, não ganhará a próxima*"⁽³⁰⁾.

⁽²⁹⁾ João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, p. 18.

⁽³⁰⁾ Integralmente transcrita pelo próprio Spínola no seu livro *País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução*, pp. 17-18. Transcrevemos aqui os parágrafos mais expressivos: "É indispensável renovar. O 'slogan' *A Revolução Continua* já não corresponde à verdade. A Revolução Nacional não continua: está parada há muito. Está mesmo anquilosada. Já ninguém - no Exército ou fora dele - acredita nela, a não ser aqueles oportunistas para quem a situação representa a garantia da usufruição de benesses e de privilégios, quantas vezes profundamente injustos.

[...]

Torna-se indispensável renovar o processo de mobilização de valores, chamando gente fora do círculo viciado da actual 'União Nacional', gente que não esteja queimada, pessoas de acção, acima de tudo íntegras e com a necessária independência para, desapaixonadamente, reconhecerem e remediarem o que

Passados sete anos, em 1968, Salazar convida-o a desempenhar o cargo de Governador-Geral da província da Guiné. Na entrevista, Spínola, segundo o próprio, nesta altura com um conhecimento profundo do ultramar português, terá monopolizado a palavra e, mantendo a mesma atitude *atrevida* e crítica, explicou a Salazar que "o Espaço Português [...] favorecia a continuidade histórica de Portugal, desde que adoptássemos uma política não aprioristicamente fundamentada num conceito contestado de 'unidade', mas que, antes, a esta conduzisse pela via aglutinante da *solidariedade*. Entraríamos, então, na senda de uma sólida 'unidade'"*^{31*}. O Presidente do Conselho ter-se-á limitado a responder: "É urgente que embarque para a Guiné".

Pouco depois de partir para a Guiné, Caetano sucede a Salazar.

Marcelista expectante no mido, tal como a generalidade dos portugueses, incluindo até parte das oposições ao regime, manifestando-o publicamente ao afirmar que se encontrava "perfeitamente integrado na linha de acção claramente definida pelo Senhor Presidente do Conselho"* ³¹ ⁽³²⁾ ³³, para salvaguardar a prioritária estabilidade, rapidamente a *linha de acção* spinolista demarcaria a sua concepção Nacional da veiculada pela *linha de (in)acção* do Governo na "retaguarda"⁽³³⁾ da Nação.

A experiência angolana proporcionada pelo comando do Batalhão de Cavalaria n.º 345 (1961-64) foi, como reconheceu, a sua "grande escola política" e onde ganhou consciência de que "a força das armas pode eternizar o problema, mas jamais o resolve"⁽³⁴⁾. Logo, "à revolução social subversiva temos de opor, inteligentemente, uma revolução social progressiva, ou, por outros termos, uma contra-revolução

está mal, destrinchando as deficiências resultantes de erros de estrutura das que foram originadas pela inépcia e corrupção dos homens.

Enfim, pessoas que possam dar uma *chicotada* numa Nação que se encontra apática e adormecida, dando-lhe novo alento, nova alma e nova esperança. Urge orientar nesse sentido a próxima remodelação ministerial. Caso contrário, o que esteve para se passar acontecerá. V. Ex.^a ganhou a última batalha; mas, se as coisas não mudam *radicalmente*, não ganhará a próxima".

⁽³¹⁾António de Spínola, *País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, Scire, 1978, pp. 21-22.

⁽³²⁾António de Spínola, *Por uma Guiné Melhor*, p. 97.

⁽³³⁾Termo comumente utilizado por Spínola na Guiné para se referir a Portugal Continental.

⁽³⁴⁾António de Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada*, p. 287.

anti-reaccionária"⁽³⁵⁾, com o objectivo de anular os motivos que sustêm o "substrato dinâmico da subversão."⁽³⁶⁾

Era necessário, portanto, *conquistar* as populações. Para isso prossegue a política de reconstrução do paradigma Nacional Imperial, juntando, no seu discurso, aos conceitos de "pluricontinentalidade" e "plurirraciedade", o de "pluriculturalidade", todos sintetizados na fórmula "unidade na diversidade", em cuja promoção se empenhou, em idiossincrasia com a tese segundo a qual "as sociedades africanas são sociedades tribalizadas em que o conceito de tribo traduz o nosso conceito de Nação. A presença europeia em África é encarada pela massa autóctone como um poder supranacional que estabelece a síntese das várias nações."⁽³⁷⁾ Aspecto que, evidentemente, convinha explorar a favor de Portugal.

No discurso de encerramento do I Congresso das Etnias da Província (depois chamados Congressos do Povo), a grande *arma* social utilizada por Spínola na Guiné, em 3 de Agosto de 1970, define os cinco princípios basilares da sua política: justiça social, valorização das instituições (incluindo, e em primeiro lugar, as instituições tradicionais africanas), participação das populações africanas na Administração Pública (confirmada e publicitada na investidura do Sr. Cherifo Embalo como membro do Conselho Legislativo, em 21 de Abril de 1971), desenvolvimento económico e social (mais de 50% do capital investido pelo governo central na província era consumido, não pelas forças armadas, mas na construção e/ou reabilitação de infra-estruturas, sobretudo nas áreas da saúde, educação, transportes e energia, em orçamentos que chegaram a ultrapassar o milhão de contos anuais) e segurança interna (combate à guerrilha e amenização dos seus efeitos na globalidade do território).

Desferindo duras críticas à "europeização das estruturas administrativas" ultramarinas, "um dos mais graves erros cometidos na África"^{35 36 *} (38), pugna por uma real descentralização administrativa, que deveria ser transversal ao "Todo Nacional". E lança o alerta à Metrópole, cuja burocracia

⁽³⁵⁾ António de Spínola, *Linha de acção*, pp. 56-57.

⁽³⁶⁾ Para isso dever-se-ia "interpretar e satisfazer as legítimas aspirações dos governados; assegurar a justiça social e a igualdade dos cidadãos perante a lei; promover em ritmo acelerado o progresso económico e social, procurando ultrapassar as sociedades dos países vizinhos". *Ibidem*.

⁽³⁷⁾ *Idem*, p. 53.

⁽³⁸⁾ António de Spínola, *No Caminho do Futuro*, p. 202.

é para ele "anquilosada e já ultrapassada": "Se quisermos operar a contra-revolução social que salvará a nossa sobrevivência como grande Nação, há que reformar as estruturas da retaguarda"⁽³⁹⁾ 40.

No Ultramar, como na Metrópole, defende uma descentralização administrativa, num esforço anamnésico de reconstituição genética das estruturas locais/regionais, pois parece-lhe ser "pura utopia pretender realizar obra duradoura em África sem a alicerçar nos sólidos pilares das tradições sociais dos africanos"⁽⁴⁰⁾. A sua política foi conduzida neste sentido. Valorizou a orgânica tribal, reconhecendo os diversos "chãos"⁽⁴¹⁾ da província, as suas especificidades e a autoridade e representatividade dos seus "chefes", responsabilizando-os politicamente e promovendo permanentemente o diálogo e cooperação entre as tribos e entre estas e o Governo-Geral da província. A institucionalização, em 1973, dos Congressos do Povo é a derradeira tentativa de afirmação desta política. Que supostamente deveria conduzir a "uma Guiné administrada pelos seus naturais adentro de uma comunidade portuguesa"⁽⁴²⁾.

Na perseguição da polémica (em Lisboa) "autonomia progressiva", porque "não devem ser exclusivamente os europeus a definir os interesses dos africanos em clima de mandato administrativo", e sublinhe-se a dubiedade do advérbio de modo, levou a cabo um forte investimento nas estruturas educativas e na persistente *educação* colectiva, perpetrada nos inúmeros discursos e *aparatosas* aparições públicas, assente na crença na "capacidade cultural" dos guinéus para se auto-administrarem e na "necessidade de realizar reformas de fundo que permitam acelerar o progresso das várias parcelas do Todo Nacional"⁽⁴³⁾.

O triângulo conceptual do *logos* spinolista seria completado pelos conceitos de "africanização" e "autodeterminação", que, mais do que meros sucedâneos, são uma progressão gradativa do conceito.

O baque político marcelista sobre a questão ultramarina e, por inerência, atinente à problemática Nacional, expresso no discurso de Setembro de 1970, terá sido o agente acelerador da evolução conceptual.

(39) António de Spínola, *Linha de acção*, p. 58.

(40) António de Spínola, *No Caminho do Futuro*, 1972, p. 202.

(41) Designação do //território// afecto a cada tribo.

(42) António de Spínola, *Linha de acção*, p. 107.

⁽⁴³⁾*Idem*, pp. 140 e 136, respectivamente.

Ao reduzir a continuidade da presença portuguesa em África "à muito pragmática necessidade de proteger os interesses dos colonos portugueses que lá viviam", como afirma Fernando Rosas⁽⁴⁴⁾, mais do que operar uma "desestruturação do paradigma ideológico" e um abandono da "fundamentação ontológica" para continuar a guerra, que apenas aguardava pela confissão pública, Caetano, pela radicalidade do *corde*, estava à partida a comprometer o processo de descolonização, cuja inevitabilidade já se pressentia. E aqui demarcamo-nos ligeiramente do referido autor. Não se tratou apenas da criação das "condições ideológicas para a liquidação política da questão colonial". Marcelo, ao matar definitivamente o anterior paradigma e ao reduzir-se à simples e *negativa* acção defensiva das populações *brancas* europeias, a pior resposta à *negritude* africana, alavanca social da guerrilha, automaticamente opera um *esvaziamento* político não compensado, oferecendo como solução a não solução. Pela *negatividade* do pressuposto, o processo de descolonização estava já comprometido. Tornando-se quase indiferente se depois ele terá "podido, querido ou sabido"⁽⁴⁵⁾ concretizá-la.

À sombra do lema "Renovação na Continuidade", pelo qual Spínola continuará a lutar, manifestando público apoio ao Governo, ainda que em nome da estabilidade, sua permanente prioridade, e não em nome daquele, no qual já não se revia, compreendem-se as suas derivações conceptuais, acompanhadas de uma evolução da globalidade do seu discurso, pautado por uma progressividade de notória prudência, substância e de positiva expectativa no porvir.

Insistindo na "feição caracterizadamente africana e multicultural da Nação Portuguesa, que assume a sua mais eloquente expressão na aglutinação de grupos humanos culturalmente heterogéneos, em plena igualdade de responsabilidades, de direitos e de deveres"⁽⁴⁶⁾, e lembrando que "a fidelidade ao passado não implica, de forma alguma, que os povos se mantenham agarrados a concepções que o correr do tempo tornou inoperantes, transformando-as em mitos"⁽⁴⁷⁾, reconhece a necessidade de rever o conceito de "missão civilizadora", por ser

⁽⁴⁴⁾Fernando Rosas, "Estado Novo, império e ideologia imperial", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 17, 1995, pp. 19-32.

⁽⁴⁵⁾*Idem*, p. 32.

⁽⁴⁶⁾António de Spínola, *Linha de acção*, p. 204.

⁽⁴⁷⁾*Idem*, p. 262.

"incompatível com o espírito de igualdade", prefigurando-se "um certo conflito entre a missão de civilizar e a pluriculturalidade"⁽⁴⁸⁾, que afirma defender intransigentemente.

Apesar de mais tarde deixar transparecer algum embaraço, numa entrevista ao *Diário Popular*, em Fevereiro de 1972, com o termo de "africanização", reconhecendo "que seria mais adequado empregar o termo integração"⁽⁴⁹⁾, em Dezembro de 1971, em entrevista à *Newsweek* declara que "o povo da Guiné é, e continuará, livre de escolher o seu destino". E continua: "mas não creio que em caso algum tenha de optar entre autodeterminação e conservação das ligações com Portugal, pois não vejo que possa existir qualquer antagonismo entre estas duas realidades"⁽⁵⁰⁾.

O seu conceito de "autodeterminação" era basicamente este: manifestação plebiscitária da vontade nacional, cabendo ao povo, "reserva moral da nação", decidir sobre a sua organização política, "à luz do princípio consagrado de que a soberania reside na própria Nação"⁽⁵¹⁾, que convinha preparar e a qual, dizia-se convicto, manifestaria uma irreprimível vontade de permanecer portuguesa, em ambiente de "unidade na diversidade" por uma "portugalidade renovada", culminando na construção de uma "Comunidade Lusíada"⁽⁵²⁾.

Entretanto, ante o florescimento de novas expressões, outras iam-se silenciando. Os conceitos iam-se *clivando*.

A pretendida *metamorfose* parecia delicada.

Como delicado e particularmente decisivo seria o ano de 1972.

O marcelismo, à imagem do que fizera o salazarismo em 1951, procede a um pouco ou nada consequente arranjo legislativo, procurando acelerar os ponteiros de um relógio que estava entravado com a Lei Orgânica para o Ultramar, onde, por exemplo, se presentearam as províncias de Angola e Moçambique com o estatuto de Estado.

Mas se a Lei Orgânica por si só não podia reorientar o rumo dos acontecimentos, a estratégia para negociar a paz na Guiné do então General Spínola com o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, com mediação do presidente do Senegal Leopold Senghor, terá sido a última esperança.

^m*Idem*, p. 263.

⁽⁴⁹⁾ António de Spínola, *No Caminho do Futuro*, p. 322.

^W*Idem*, p. 245.

⁽⁵¹⁾ António de Spínola, *Linha de acção*, p. 329.

⁽⁵²⁾ *Idem*, *No Caminho do Futuro*, 1972.

Estando previstos encontros com Cabral para o último trimestre do ano, o Governador da Guiné desloca-se a Lisboa, em 26 de Maio, convocado pelo Presidente do Conselho, para ouvir deste que preferia a derrota militar na Guiné a "negociar com os terroristas"/⁽⁵³⁾. Urna profunda desilusão e limitação governativa para Spínola. Poucos meses depois, em Janeiro de 1973, morre assassinado aquele que, segundo Spínola, pretendia uma Guiné independente, mas uma Guiné independente *portuguesa*, identificada e enquadrada com a "Portugalidade" cantada por Spínola, dizendo mesmo que concordavam no modelo de descolonização, à excepção do prazo.

Limitado na acção, investe no discurso político, lançando a ofensiva decisiva em favor da Nação Portuguesa⁽⁵⁴⁾, vincando-lhe os contornos e enriquecendo-lhe a expressividade cromática.

Em 5 de Junho de 1972, visivelmente agastado com a visita a Lisboa, afirma, improvisando, na cerimónia de despedida de soldados em Brá, que "não são os patriotas de tribuna que vos podem dar lições sobre o que é e como se defende o País, pois é no peito de cada um de vós que ele vive. [...] Por isso - diz - confundo o culto da Pátria com o culto do povo"/⁽⁵⁵⁾. Mais tarde, em Dezembro, desta feita na recepção de tropas, volta à carga: "pertencemos a uma Nação que ao longo da sua história já foi posta em perigo pela vaidade teimosa de elites que, sem terem vivido o povo, se arrogaram falar em nome dele"/⁽⁵⁶⁾.

A essência da Ideia de Nação spinolista seria ainda exteriorizada naquele mesmo imprevisto de 5 de Junho. "Portugal não é apenas um pedaço de terra habitada: é uma forma perene de viver, de pensar, de estar no mundo; é um sentimento que renasce em todos nós, com o

⁽⁵³⁾Retirado de João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 37-39.

⁽⁵⁴⁾A título de simples curiosidade e ilustração, refira-se que o último volume/compilação anual dos seus discursos, entrevistas e notas escritas enquanto governador da Guiné, *Por uma Portugalidade Renovada*, publicado em 1973, tem praticamente o dobro de páginas do que os três anteriores (*vide* bibliografia).

⁽⁵⁵⁾António de Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada*, p. 14.

⁽⁵⁶⁾*Idem*, p. 289. Ideia um pouco devedora da tese defendida por Franco Nogueira, em *As Crises e os Homens -1971*, segundo a qual as elites governativas em Portugal foram sempre as responsáveis pelas grandes crises nacionais, e, por oposição, o povo o seu reduto e "reserva moral".

despertar de cada dia, feito da soma de tudo aquilo de que gostamos, desejamos e tomamos para nós como tendo valor".

Indissociável, para Spinola, desta "forma perene de viver", era o nosso "tradicional humanismo", que urgia cultivar e evidenciar e sobre o qual devíamos fundar a ambicionada "Comunidade Lusíada", valorizando a pessoa humana e proporcionando-lhe todas as condições para o exercício da cidadania⁽⁵⁷⁾. Visando uma unidade autêntica, que se defende "na medida em que se constrói, porque uma vez solidamente construída ela defende-se por si mesma"⁽⁵⁸⁾.

A simbiose teórico/conceptual afigura-se deveras singular. Passado e futuro, imutabilidade e evolução, permanência e progresso, esforçam-se por se conjugarem. Numa síntese surpreendentemente coerente, a Nação spinolista afigura-se *perene* e *imorredoura* (porque secular e histórica), *electiva* (porque fundada no povo e legitimada pelos cidadãos) e *construtivista* (porque viva e projectada no futuro).

Mas as circunstâncias exigiam pragmatismo. Exigiam uma *solução*. E esta viria com o célebre livro *Portugal e o Futuro*.

Porém, a solução federalista proposta no *Portugal e o Futuro* por Spinola não traz nada de essencialmente novo. Aliás, nem tão pouco é o mais importante, transparecendo a ideia de que apresentou uma solução apenas porque tinha necessariamente de o fazer. Poderiam ter surgido *n* soluções diferentes. O livro, que aguardou hesitantemente dois anos pela publicação, em Fevereiro de 1974, globalmente, também não traz nada de novo⁽⁵⁹⁾. É antes a síntese do pensamento do "Grande General Branco" da Guiné desenvolvido durante o exercício dos seus mandatos como Governador-Geral e Comandante-Chefe da província.

A efectiva peculiaridade do pensamento e acção política de Spinola residiu justamente na desgastada fórmula marcelista da "Renovação na Continuidade". Spinola foi talvez o único que verdadeiramente a sentiu

(57)"Participação do Povo", "sessão plenária de encerramento do III Congresso do Povo da Guiné, em 29 de Julho de 1972". *idem*, pp. 125-136.

(58)António de Spinola, *Linha de acção*, pp. 264-265.

(59)A base do livro teria sido um relatório apresentado por Spinola, em 1972, a Marcello Caetano. A redacção final da obra, bem como, possivelmente, algumas ideias nele apresentadas, não teriam a mão de Spinola, que terá contado com a colaboração de diversas pessoas próximas.

e autêntica e persistentemente lhe procurou dar significado. Não de uma forma *artificial* e *exterior*, como o terá sido desde a institucionalização da ditadura militar até à pseudo reforma liberalizante marcelista de 1969, com a possível exceção da *súbita* passagem de Adriano Moreira pelo Ministério do Ultramar, mas de uma forma *interior* e *profunda*.

4. "O Mundo não nos deixará sós"

A criação da ONU, a bipolarização do Mundo, traduzida num *duopólio* americano-soviético, e o surgimento do chamado "Terceiro Mundo", simultaneamente fruto e semente da descolonização (faseada) dos espaços colonizados pelos europeus, seriam os três vectores fundamentais, mas não os únicos, da nova ordem internacional pós II Guerra numa perspectiva portuguesa.

Seria na sequência da "primeira fase" da descolonização, que na década subsequente ao conflito mundial abrangeu o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, que Salazar finalmente se convence a rever o conceito ultramarino português na modificação constitucional atrás mencionada.

Enquanto a ONU recebia entusiástica e rapidamente os novos países independentes, já que ambos contribuíam para a sua mútua promoção e afirmação, a Guerra-fria estava no auge. Temendo a expansão da influência soviética, cujo crescendo era confirmado pelo bem sucedido "Golpe de Praga", em Fevereiro de 1948, que permitiu um significativo avanço do comunismo a ocidente, os EUA respondem com a NATO ou Pacto do Atlântico, assinado a 4 de Abril de 1949, em Washington, por doze países ocidentais, entre os quais Portugal. Visando a total entreaajuda militar de todos os membros em caso de agressão a um deles, esta organização passaria a ser o instrumento de defesa do ocidente norte atlântico e capitalista contra o leste comunista.

Portugal mantinha-se assim na linha da frente da luta anti-soviética e comunista, nela permanecendo, como veremos, até 1974.

Os anos de 1955-57 trariam acontecimentos e transformações internacionais de suma importância para o Portugal "multicontinental", "multirracial" e "multicultural" advogado por Spínola.

Em 1955, entre 17 e 24 de Abril, reúnem-se, na cidade indonésia de Bandung, vinte e quatro países do "Terceiro Mundo" em conferência. Organizada pelos chefes de governo do chamado "Grupo de

Colombo"⁽⁶⁰⁾, pretendia-se com esta iniciativa dar voz ao afro-asiático "Terceiro Mundo", para o que também a ONU se ofereceria como palco e cederia os seus microfones, expressando então estes países o seu repúdio pelo colonialismo e, urna parte (que desencadearia o "movimento dos não-alinhados"), pelo domínio bipolar das duas superpotências.

Durante 1956 desencadear-se-ia a designada "Crise do Suez" que, entre outras consequências⁽⁶¹⁾, permitiria o fortalecimento do "Terceiro Mundo" e as intenções de Bandung, consolidaria a bipolarização americano-soviética e, sobretudo, poria termo à influência franco-britânica na região. Porém, este último aspecto afigurar-se-ia de superior importância. A evidente redução do espaço de manobra e alienação (inevitável) de capacidade de acção das potências de segundo plano em detrimento das duas superpotências dominadoras, imanes sinérgicos das relações internacionais, provocou a sobreposição do novo paradigma *duopólico* sobre o secular e aluído paradigma *vestefaliano*. Aceitando a inevitabilidade do primeiro, mas tentando salvar o segundo, e candidatando-se a um lugar que já nem a França ou a Inglaterra conseguiam ocupar, Portugal assumiu uma posição e um papel deveras particular, difícil e complexo no concerto internacional, traduzido num progressivo isolamento.

À crispação portuguesa, consubstanciada numa guerra que rapidamente alastrou para Moçambique e Guiné-Bissau, a comunidade internacional responderia com afastamento, com tendência evolutiva para a hostilidade política e *oportunisto* geo-estratégico.

Logo em 1961, as Nações Unidas aprovam a declaração que determina o direito de todas as colónias à autodeterminação. Começa o ataque cerrado e inflamado na Assembleia-Geral da ONU do maioritário grupo afro-asiático contra Portugal (e não só, também contra os regimes da África do Sul e da Rodésia), dando "uma ideia de verborreia que

⁽⁶⁰⁾Constituído por: Birmânia, Sri Lanka, Índia, Indonésia e Paquistão.

⁽⁶¹⁾O líder egípcio, Nasser, ao avançar com a nacionalização do estratégico canal, lança uma tripla provocação: à antiga potência colonizadora britânica; à França, que não esquecera o apoio egípcio à rebelião argelina; e a Israel, a quem pretendia proibir a utilização do canal. Os três responderão através da força das armas. O conflito só teria fim em 1957, com a retirada israelita, já depois de os franceses e britânicos o terem feito, por pressão da ONU e dos EUA; estes por intermédio da NATO, o que veio a criar sérias fricções no seio da organização.

desprestigia a imagem da ONU⁽⁶²⁾, que, juntamente com o declínio do Conselho de Segurança e da autoridade do Secretariado-Geral, por diluição na guerra de influências entre as duas superpotências, deterioram seriamente a credibilidade da organização. Prova disso mesmo foi a invasão e tomada indiana da Goa portuguesa, nesse mesmo ano, que, pese a natural e legítima pretensão do Estado Indiano, consistiu num evidente desrespeito da Carta, que não mereceria qualquer resposta assinalável por parte da ONU. Ficaria somente a mácula no até aí intocável estatuto moral de Bandung.

Com a administração Kennedy, os EUA demarcam-se radicalmente de Portugal, cessando apoio político/diplomático e negando qualquer apoio militar ou logístico. O grande líder deste Ocidente em cuja defesa o governo português afirmava estar empenhado, parecia ter outra estratégia. Progressivamente, os (poucos) apoios que Portugal ainda tinha na ONU vão-se silenciando na abstenção, para depois se voltarem a manifestar, desta feita contra o "feito difícil" de Salazar, como desabafava Kennedy⁽⁶³⁾.

Indubitavelmente, a questão ultramarina era o móbil do agudizar da situação internacional portuguesa.

Muito mais do que em Angola e Moçambique, a situação do conflito na Guiné, em 1968, era a mais delicada. Numa perspectiva global e numa visão flutuante, no sentido em que procura equacionar simultaneamente diversos ângulos e escalas de observação, o "Homem Grande da Guiné" cedo problematiza a situação portuguesa na Guiné no amplo quadro da Guerra-fria.

Citando Trotsky e Bukarine⁽⁶⁴⁾, atribui o surgimento dos movimentos "subversivos" e "terroristas" e o despoletar da guerra nos territórios portugueses, à imagem do que sucedera em toda a África, à estratégia

⁽⁶²⁾Maurice Vaïse, *As relações internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2005, p. 79.

⁽⁶³⁾Paulo Pizarro, "A CIA em Portugal", *Focus*, Lisboa, n° 320 (30/11 a 6/12/2005), pp. 116-122.

⁽⁶⁴⁾"Encontramo-nos, de facto, perante a concretização da velha intenção trotskysta: 'destruir o Ocidente com qualquer coisa que o Ocidente não compreenderá', ou, como afirmou Bukarine, 'apodrecer suficientemente os inimigos da União Soviética para sobre eles alcançar a vitória sem que o exército vermelho tenha de disparar um só tiro fora das suas fronteiras'". António de Spínola, *Linha de Acção*, p. 48.

soviético-comunista de conquista de espaço de influência ao Ocidente, através da difusão ideológica, que, quando injectada, se converte em combustível subversivo e revolucionário. Porque, "o isolamento dos Estados Unidos da América pela conquista da Europa e da África, constitui o objectivo final"⁽⁶⁵⁾* da estratégia marxista.

Portugal era então apresentado como o último bastião ocidental numa África disseminada pelo comunismo. Travava-se aqui, na óptica de Spínola, um combate decisivo entre Ocidente e Oriente, entre os EUA e a URSS, entre uma forma de estar no mundo autêntica e sustentável, porque histórica e plural, e uma forma de estar no mundo artificial e corruptora, porque importada, ideológica e anárquica.

Citando agora Clauzewitz, quando este disse que "se a guerra é a continuação da política por outros meios, também a política é a continuação da guerra por outros meios"/⁽⁶⁶⁾, critica duramente o ocidente, considerando que não está a dar a resposta adequada à ofensiva soviética, alertando que "temos de reconhecer, por mais que nos choque, que só poderemos vencer a *revolução de massas* com a *revolução de massas*". Mostrando-se especialmente "chocado" pelo facto de, segundo ele, "o Ocidente, comodamente fechado num conservantismo irresponsável, não ter a larguesa de vistas e a flexibilidade suficientes para conceber a contra-revolução anti-reaccionária - única arma que pode defender eficazmente os valores da civilização ocidental".

Sabendo do apoio sino-soviético-cubano ao PAIGC e embora considerasse que a solução do problema ultramarino fosse do foro interno português, apesar de reivindicar a sua origem externa, lamenta a "estagnação" dos EUA, que poderia vir a confundir-se com resignação, por permanecerem agarrados aos "termos clássicos das suas concepções". E reprova, com corrosiva ironia, a atitude daqueles que "ingenuamente se julgam defendidos [...] pela NATO [...], com as suas pesadas divisões e os seus foguetões", por ser incapaz e inadequada para defender o Ocidente, "pelo simples motivo de que não é nesse campo [o militar] que estamos a ser atacados"⁽⁶⁷⁾.

⁽⁶⁵⁾*Idem*, p. 49.

⁽⁶⁶⁾*Idem*, p. 48.

⁽⁶⁷⁾*Idem*, pp. 48-49.

Mais do que o apoio militar, que não deseja, material ou financeiro, condena a falta de apoio "moral" e diplomático, tanto dos países europeus como dos EUA, que do silêncio iam avançando paulatinamente para a contestação à política portuguesa, facto que causava profunda perplexidade a Spínola. Já que, segundo ele, e numa óbvia manobra estratégica de defesa da sua política, mais importante do que o futuro do Portugal "multirracial", "multicontinental", "multicultural", "uno e indivisível", era a defesa da *ocidentalidade* em Africa, cujo comprometimento hipotecaria o próprio Ocidente.

Encontrando-se as fronteiras africanas portuguesas já totalmente rodeadas por vizinhos não europeus e, na generalidade, verdadeiramente hostis à permanência lusa e, portanto, europeia em África, Spínola procurou reverter a seu favor, não o conceito, mas a "negativa" descolonização africana efectuada, para depois então *isolar* e *minar* o próprio conceito.

Chamando-lhes "pseudo-independências", porque inseridas na estratégia oriental de isolamento da África do mundo ocidental, o que provocou o corte das "relações com as metrópoles europeias, tornando autónomos estados não preparados politicamente, com a única finalidade de criar o 'caos económico', condição necessária da deterioração social para a abertura da influência oriental"⁽⁶⁸⁾, diz peremptoriamente que os jovens países caíram assim num "período confuso e instável de neocolonialismo"⁽⁶⁹⁾. E justifica, lembrando o (para ele) facto de os novos países estarem "mergulhados" em regimes ditatoriais e em acentuado retrocesso evolutivo, afirmando mesmo, dum modo simultaneamente analítico e *sugestivo*, que "com o correr do tempo, as populações dos novos Estados africanos têm vindo a aperceber-se de que as 'independências' os arrastaram, afinal, para uma situação de dependência económica e política e para o caos social generalizado".

Dissolvidas, *defesa* e *ataque* funcionam sempre em concomitância, usando as armas certas numa "guerra eminentemente psicológica".

Progredindo discursivamente no campo de análise, alarga a frente internacional, co-responsabilizando o "bloco ocidental" pelo "crítico panorama africano", considerando que, "no plano da manobra estratégica do capitalismo internacional, a O.U.A. (Organização da Unidade

^m*Idem*, p. 50.

⁽⁶⁹⁾ *Idem*, *Por uma Guiné Melhor*, p. 232.

Africana) - produto político dos grandes monopólios do capital - conduz inconscientemente a África para uma situação caótica que justifica a penetração dos imperialismos económicos.⁽⁷⁰⁾

Ao relacionar as principais estruturas continentais africanas com a "crise de consciência política à escala mundial" provocada pelas "grandes potências que tudo submetem á política dos seus objectivos imediatos", simultaneamente, critica as grandes potências e a sua política de *atropelamento* internacional e procura abalar a legitimidade das próprias estruturas africanas, numa tentativa de legitimar a própria posição e política portuguesas.

É o que se verifica, concretamente, no plano regional do conflito da Guiné.

Desenvolvendo uma "revolucionária" e "perigosa", como chegou a ser apelidada em Lisboa, política de promoção social e económica das populações ("tribos") da província, procurou, do ponto de vista militar, anular "o substrato dinâmico da subversão", e, do ponto de vista político, realizar uma efectiva e progressiva *democratização* e *regionalização* das estruturas administrativas ultramarinas, cuja "europeização" considerou um grave erro, no sentido da sua "africanização" (com base nas estruturas tradicionais) e futura "autodeterminação". Conceito que, para Spínola, não era sinónimo de independência.

Numa alocução dirigida ao povo guineense, adverte "aqueles que advogam a independência da Guiné", dizendo que "ou são cegos, ou sobrepõem aos reais interesses do povo inconfessáveis interesses de países estranhos, ou interesses de domínio pessoal"⁽⁷¹⁾. A aguerrida política social visava, precisamente, indissociar Portugal dos "reais interesses do povo", "em inequívoca demonstração ao mundo de que estamos no bom caminho"⁽⁷²⁾.

Os elevados investimentos em infra-estruturas de educação, saúde, transportes, energia e habitação realizados e os anuais "Congressos do Povo", já aludidos, confirmam sobremaneira a intencionalidade do seu discurso.

widem, pp. 133-134.

TM*Idem*, p. 67.

⁽⁷²⁾*Idem*, p. 93.

Spínola não tinha dúvidas, travava-se na Guiné a luta contra os "inconfessáveis interesses de países estranhos", dos quais Portugal era vítima e o PAIGC um mero e ingénuo juguete. E é categórico: "a autêntica luta anti-imperialista travada na Guiné e pelo seu povo, é a nossa. É curioso, mas é uma realidade"/(73).

O único interesse dos apoios externos ao PAIGC era, para Spínola, geo-estratégico. Mensagem que, naturalmente, procurava difundir, quer na população local, quer na opinião pública internacional. Sendo que a Guiné era apenas o teatro de operações e grande obstáculo para o verdadeiro objectivo: Cabo Verde. Ele explica porquê. "No plano estratégico de domínio mundial, o arquipélago de Cabo Verde, pela sua privilegiada situação, constitui a 'charneira' de ligação, aérea e marítima, entre a África, as Américas e a Europa por um lado, e o Atlântico Norte e Atlântico Sul por outro. Em relação ao domínio do Ocidente, Cabo Verde representa uma valiosa testa-de-ponte no 'Médio Ocidente' para o assalto ao 'Extremo Ocidente', onde a União Soviética já possui a posição de Cuba. É, por conseguinte, evidente o seu interesse estratégico na obtenção de bases em Cabo Verde"⁽⁷⁴⁾.

Ao funcionar, no Atlântico, como "placa giratória" das ligações aéreas e marítimas dos três continentes, afigurava-se óbvio o interesse "comunista" nas ilhas.

Pragmático na análise e idealista na acção, vai opor ao interesse puramente geo-estratégico estrangeiro, uma política de promoção social e de "autêntica unidade nacional", fundamentada na rica "diversidade"

TM*Idem*, p. 378.

^v*Idem*, p. 296. Entrevista concedida à televisão alemã, em 14 de Janeiro de 1970. Pelo conteúdo da resposta, e em face da sua inadequação no texto, transcreve-se aqui a continuação: "aliás, desde há muito que os dirigentes russos vêm revelando grande preocupação quanto às dissidências no seio do PAIGC entre guinéus e cabo-verdianos, lançando sucessivos apelos à unidade desses grupos étnicos, a troco da oferta de um maior apoio á luta anti-portuguesa.

Reforça ainda aquela conclusão, o termos constatado - através do irrefutável testemunho de elementos do PAIGC que frequentaram as escolas de Moscovo e de elementos regulares do exército cubano que aqui se encontram a enquadrar a guerrilha - que a conquista do arquipélago de Cabo Verde está na linha dos objectivos prioritários dos dirigentes do Kremlin".

e no "nosso tradicional humanismo", legitimado pela histórica presença portuguesa em África⁽⁷⁵⁾.

Alinhando com o regime quanto ao objectivo último, a continuação da presença portuguesa em África, e mantendo-se fiel aos publicitados lemas do Estado Novo, "Renovação na Continuidade" e "Unidade na Diversidade", Spínola demarcar-se-ia quer da linha "dura" salazarista quer da (in)acção marcelista, no sentido em que pretendeu dar "continuidade - no quadro da real evolução do mundo actual - à secular linha de rumo que moldou, na sua feição civilizadora e multirracal, a nossa ditosa Pátria - a Grande Nação Portuguesa"⁽⁷⁶⁾.

Não vendo qualquer incompatibilidade entre a "Grande Nação Portuguesa" - "multirracal", "multicultural" e "multicontinental" - e o "quadro da real evolução do mundo actual", o General do monóculo considerava, ou pelo menos parece veicular essa ideia, a defesa dos interesses portugueses, ocidentais e africanos indissociáveis. A defesa de uns implicaria, necessariamente, a defesa dos outros.

Contudo, quer o Ocidente, quer a África, na sua globalidade, quer os sectores *revoltosos* dos territórios portugueses, não mostravam a mínima receptividade a essa ideia, acentuando, juntamente com o imenso Terceiro Mundo e o poderoso tronco bicéfalo comunista (russo-chinês), apesar das variações de intensidade, o coro de protestos e a pressão sobre o Portugal estruturalmente *obeso* e energeticamente *franzino*.

Sem escamotear os sucessivos erros cometidos por Portugal no Ultramar, tenta, numa só cartada, *desculpar* aqueles que cometeram ou pretendiam continuar a cometer esses erros e *limpar* a consciência dos

⁽⁷⁵⁾Não sendo talvez o melhor exemplo da capacidade argumentativa de Spínola, não deixa de ser interessante o seguinte excerto de uma entrevista concedida à *Independent Television - UK*: "Quando aqui chegámos, há 500 anos, não disputámos a soberania da Guiné a qualquer autoridade nacional constituída adentro das suas actuais fronteiras. De resto, devo recordar que há 700 anos a Província europeia do Algarve foi conquistada aos árabes que então ocupavam a Península, e não consta que haja qualquer reivindicação ou contestação sobre o Algarve cuja população é já independente por ser parte integrante de Portugal independente, gozando de plenos direitos de cidadania. A menos que Amílcar Cabral baseie as suas reivindicações em questões ráticas; mas isso também não podemos aceitar, porque defendemos intransigentemente a tese da igualdade e do respeito pela dignidade humana". *Idem*, p. 384.

⁽⁷⁶⁾/dcm, *Por uma Guiné Melhor*, p. 12.

que têm dúvidas quanto ao direito, razões, intenções e vantagens da permanência portuguesa em África, ao afirmar que, "de uma forma ou de outra, o nosso problema ultramarino surgiria sempre", porque as origens do problema se "situam num plano que nos ultrapassa"⁽⁷⁷⁾, pretendendo com isso aglutinar as diversas e divergentes correntes de opinião da sociedade em torno da projectada "Grande Nação Portuguesa".

Neste sentido, apresenta o *problema* tal como o concebe (ou como convém apresentá-lo), à opinião pública, confrontando abertamente a Nação: "não existe um problema ultramarino mas sim uma problemática nacional em que todas as questões se inserem, projectando-se numa resultante única: sermos ou não uma grande Nação, ocupando no mundo o lugar a que por todas as razões temos direito"⁽⁷⁸⁾.

Emergindo reforçada a tenacidade, o alento e a audácia que lhe granjeariam a deferência do mesmo mundo que então não concordava com ele, dá o mote para o Portugal que tem e defende e para o Portugal que quer e imagina, nem sempre fáceis de discernir: "a situação voltará de novo a evoluir naturalmente quando a Nação acreditar na sua própria capacidade, decidindo firme e irrevogavelmente não se deixar orientar do exterior"⁽⁷⁹⁾.

Numa recuperação duma velha e conhecida expressão de Salazar, afirma, no plural, que "sabemos perfeitamente o que queremos e para onde vamos"⁽⁸⁰⁾, numa nítida, e talvez pouco feliz, demonstração de determinação e confiança.

A sua estratégia passava sempre por uma acção centrípeta de efeitos centrífugos.

Pretendendo "fazer progredir o homem sem alienação cultural, por um processo de dinâmica interna suficientemente realista para ser aceite sem contestação"⁽⁸¹⁾, pois diz que "combatemos aqui por uma certa concepção do mundo e da vida"⁽⁸²⁾, cuja vitória, que passará pela sobrevivência à adversa conjuntura internacional, que o "rodar do tempo"

^António de Spínola, *Linha de Acção*, p. 15.

⁽⁷⁸⁾Em entrevista ao jornalista Fialho de Oliveira, subchefe de redacção do *Diário de Notícias*, em Junho de 1970. *Idem*, p. 18.

⁽⁷⁹⁾*Ibidem*.

⁽⁸⁰⁾*Idem*, p. 209.

widem, p. 332.

⁽⁸²⁾*Idem*, *Por uma Portugalidade Renovada*, p. 348.

acabará por alterar, permitirá a Portugal ocupar então, "num mundo mais sereno, o lugar de país preponderantemente africano que efectivamente é"⁽⁸³⁾. Do que, pretensamente, adviria um insubstituível contributo para a construção de um Mundo e, sobretudo, uma África melhores.

Considerando que "a África ainda não saiu do período colonial", não por *culpa* de Portugal, mas sim devido à "substituição do chamado 'colonialismo europeu' por um 'colonialismo africano', muito mais despótico e menos eficiente"⁽⁸⁴⁾, está convicto de que a (sua) renovada política portuguesa de "liberdade e fraternidade humanas" contribuirá para o futuro "movimento que instaurará no continente africano uma 'nova ordem' que responda às suas reais necessidades e exigências humanas", no caminho para "uma 'Nova África' onde a paz social substituirá a anarquia e o caos, [...] campo onde não poderá prescindir da colaboração da Nação Portuguesa, à qual, na sequência da sua missão histórica, compete papel relevante na implantação da nova ordem"⁽⁸⁵⁾.

Persiste por isso no "peso inabalável da nossa razão", e acredita que, quando inevitavelmente reconhecer que, como defende, "somos mais africanos do que a maioria dos governos deste continente", o "Mundo não nos deixará sós"⁽⁸⁶⁾.

Todavia, até essa ideada conjuntura se formar, Portugal teria de continuar a lutar "contra a incompreensão do mundo". O mesmo é dizer, "contra" a ONU.

5. Em resposta à "Incompreensão do mundo": a "Comunidade Lusíada"

Spinola, em face da incessante pressão da ONU, não desarma, e mantém as suas tomadas de posição, dirigindo fortes (e fundamentados) ataques àquela organização.

A primeira grande oportunidade de criticar as Nações Unidas surge na sequência do ataque do PAIGC à população de "Pirada", que levou o Governo português a apresentar um vigoroso protesto contra o Senegal no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Solidarizando-se, naturalmente,

⁽⁸³⁾*Idem, Linha de Acção*, p. 29.

Widern, pp. 152-153.

⁽⁸⁵⁾*Idem, Por uma Guiné Melhor*, pp. 232-233.

⁽⁸⁶⁾*Idem, No Caminho do Futuro*, pp. 177-185.

com a postura do Governo Central, acrescenta que "o odioso crime de Pirada, planeado durante a presença no Casamança de uma comissão da O.N.U. presidida pelo representante do Senegal naquela organização, executado logo após ter sido anunciada ao Mundo, por essa comissão, a ausência de bases do PAIGC no Senegal, constitui a mais flagrante prova da decadência moral das Nações Unidas"⁽⁸⁷⁾.

Porém, o mesmo Spinola, quatro meses mais tarde, em Novembro de 1970, dirige a operação "Mar Verde" (invasão ao quartel-general do PAIGC na Guiné-Conakry). Para além de um insucesso militar, apesar de tecnicamente bem preparada e executada, pela sua projecção internacional constituiu um grave erro político⁽⁸⁸⁾, abrindo irreparáveis fissuras no já frágil edifício retórico português, que, obviamente, negou o acontecido.

Não obstante, de facto o Senegal e a Guiné-Conakry forneciam apoio logístico ao PAIGC. Era nesses países que se encontravam as "bases" do partido, o que sempre foi muito contestado por Portugal, que o considerava um movimento "terrorista" e, como tal, ilegal.

E, quando se dizia que uma missão da ONU havia visitado as chamadas "áreas libertadas" da Guiné⁽⁸⁹⁾, o General contrapunha de imediato com os "insistentes convites feitos pelo Governo Português ao próprio

⁽⁸⁷⁾*Idem, Linha de Acção*, p. 68.

⁽⁸⁸⁾Comparável, na projecção internacional, a este acontecimento só talvez os chamados "Massacres do Wiri Yamu", em Dezembro de 1973. Correndo então por toda a imprensa internacional a notícia de que as forças armadas portuguesas teriam massacrado "mais de quatrocentos inocentes" em Moçambique. Kaulza de Arriaga, então governador da Província, confirma o grave incidente, ocorrido no âmbito da "Operação Marosca", embora refira que, em resultado dos diversos inquéritos realizados, o número de mortos terá sido de "umas 60 e tal pessoas, entre terroristas e não-terroristas". João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, p. 47.

⁽⁸⁹⁾O convite à ONU para visitar as zonas ocupadas pelo PAIGC seria um verdadeiro "golpe de mestre" diplomático de Amílcar Cabral. No relatório da missão especial guiada pelo partido entre 1 e 8 de Abril de 1972, constava o reconhecimento de vastas zonas controladas pelo PAIGC, o que resultou no estabelecimento de relações de cooperação com alguns órgãos especializados das Nações Unidas, e, com mais impacto internacional, na adopção pelo Conselho de Segurança, presidido pela guineense Jeanne Martin Cissé, de resolução a condenar o governo "colonialista" português. Que por sua vez, não optando pelo silêncio, atacou disparatadamente a ONU.

Secretário-Geral das Nações Unidas, a quem seria dado percorrer as mesmas áreas da Província que a missão especial das Nações Unidas afirma ter visitado. [...] Mas, - remata - parece que tal prova não interessa àquela organização mundial"⁽⁹⁰⁾.

Naquele mesmo mês de Julho de 1970 em que Portugal havia apresentado o protesto nas Nações Unidas, o Papa Paulo VI recebe Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, dizendo-lhes: "eu rezo por vós".

Continuando a alegar o "peso irrefutável da nossa razão", amplia de novo a linha contra-argumentativa, abrindo-a ao plano africano, ao dizer que encara "com as maiores reservas a maioria das independências africanas", isto para arremessar um apocalíptico recado à ONU, acusando-a de se ter transformado "num instrumento fomentador da guerra em África, traíndo, de forma evidente, os princípios de paz que presidiram à sua criação", e afirmando que esta "representa presentemente o papel de mera pedra política no jogo dos altos interesses mundiais, e, como tal, quando deixar de servir esses interesses, terá o mesmo fim da antiga Sociedade das Nações"⁽⁹¹⁾.

Não se pense, contudo, que Spínola partilhava com Salazar a devoção do "orgulhosamente sós". Empenhava-se, isso sim, na perseguição da alternativa internacional que permitisse a Portugal ultrapassar, como ele lhe chamava, "a incompreensão do mundo"⁽⁹²⁾ * *. Essa alternativa passaria pela *Lusofonia*.

Privilegiando o Brasil como parceiro internacional português, Spínola sonhava com a realização de uma "Comunidade Lusíada" ou "Comunidade Afro-Luso-Brasileira", fundada no inalienável património cultural e humano criado pelos portugueses, sintetizado no célebre "luso-tropicalismo", que parece querer abraçar afectivamente o imenso

⁽⁹⁰⁾António de Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada*, p. 349.

⁽⁹¹⁾*Idem*, *Linha de Acção*, p. 96.

⁽⁹²⁾Flexibilidade perceptível no comentário de Spínola a Nunes Barata, após a leitura do livro *As Crises e os Homens - 1971*, de Franco Nogueira, quando diz que "este livro precisa de uma resposta", porque, contrariamente ao defendido por aquele, "não há interesses permanentes do Estado, o que é verdadeiro no passado não o é necessariamente no presente". A resposta seria, precisamente, o *Portugal e o Futuro*. José Manuel Barroso, *A história de um livro em resposta a outro*, art., s.d..

Atlântico Sul outrora português, e projectada "à luz de uma complementaridade de interesses económicos", no sentido de uma possível constituição de um grande espaço político-económico, na exacta medida das várias vontades nacionais⁽⁹³⁾. E demonstrava o realismo desta hipótese dando o exemplo dos espaços de integração económica europeus, com os quais não identificava Portugal devido à histórica tendência africana, que, defendia, não tendo entre si os laços que existem adentro do espaço lusófono (a começar pela língua), estão a ser bem sucedidos.

"O Futuro pertence-nos", dizia ele então à *France Press*, em Maio de 1971.

Em sentido lato, todo o pensamento e acção política de Spínola vão desembocar numa espécie de *Pan-Lusofonismo*, cuja forma seria secundária, pois o vital e verdadeiramente importante era preservar o estatuto e a presença internacional dessa "forma de estar no mundo, que é ser Português"⁽⁹⁴⁾.

Sonho que harmonizava com a convicção de que "é preciso estar-se no mundo" e "acompanhá-lo nas suas mutações"⁽⁹⁵⁾.

Quando questionado⁽⁹⁶⁾ sobre se era "possível agora manter um império colonial num mundo que é largamente hostil ao colonialismo", ele responde: "decisivamente, não". Primeiro, porque o seu pragmatismo (e conveniência discursiva) consciencializava-o para a impossibilidade de sustentar o crónico e insustentável *sobredimensionamento* estrutural português, justificando assim a tónica na ideia de *Lusofonia*. Segundo, porque considera que "já não existe hoje no mundo nenhum império colonial". Aproveitando para reenviar a *farpa* aos *adversários* de Portugal: "também é frequente certa propaganda apodar de colonialistas os países que se opõem aos interesses que essa propaganda serve. Mas trata-se apenas de palavras usadas para fins de guerra-fria, sem qualquer correspondência com situações reais"⁽⁹⁷⁾.

E, no seguimento da mesma resposta, levanta da seguinte forma o véu à ordem internacional vigente: "Aliás, sendo o colonialismo hoje uma ofensa que a Humanidade não tolera, os impérios coloniais só poderão

⁽⁹³⁾ *Idem*, *Por uma Portugalidade Renovada*, pp. 577-579.

⁽⁹⁴⁾ *Idem*, *Linha de Acção*, p. 291.

⁽⁹⁵⁾ *Idem*, *Por uma Portugalidade Renovada*, p. 490.

⁽⁹⁶⁾ Pelo jornalista Peter Webb, da revista *Newsweek*, em 5 de Dezembro de 1971.

⁽⁹⁷⁾ *Idem*, *No Caminho do Futuro*, p. 246.

subsistir desde que mantidos à custa de um extraordinário poderio militar, de que só dispõem as grandes potências".

Basicamente, Spinola desejava um concerto internacional baseado na multipolaridade, reciprocidade, respeito e coexistência pacífica entre os Estados⁽⁹⁸⁾, propugnando por uma "Nova" Ordem Internacional herdeira e sucessora da "velha" ordem *vestefaliana*, como que tentando atenuar o colapso do *euromundismo* e parecendo projectar no plano internacional o lema que defendera internamente: "Renovação na Continuidade".

A seguinte transcrição, o último parágrafo de um artigo de análise da conjuntura internacional de Spinola para a revista *Defesa Nacional*, de Agosto de 1971, intitulado "A Defesa do Ocidente", expressa bem esta última ideia, assim como sintetiza o essencial das suas ideias desenvolvidas nestes últimos capítulos: "Impõe-se, a par do reajustamento de conceitos e de estruturas, um alargamento de áreas de influência e de interesse, tirando partido das extraordinárias potencialidades de alguns dos países ocidentais no quadro de um contexto euro-afro-americano que tem de caracterizar os novos rumos de defesa do Ocidente, defesa para a qual Portugal, a Espanha e a França poderão dar um contributo decisivo pelo prestígio que as respectivas culturas alcançaram nos continentes africano e sul-americano. De outra forma, o Ocidente irá, pouco a pouco, perdendo a sua capacidade de reacção, e com ela, a própria liberdade"⁽⁹⁹⁾.

6. O "Problema Ultramarino Português" e a "Unificação Europeia"

No ano em que é assinado, em Londres, o Estatuto do Conselho da Europa (1949), com sede em Estrasburgo, Salazar declarava em reunião de Conselho de Ministros, que "a situação económica do país era gravíssima"⁽¹⁰⁰⁾.

⁽⁹⁸⁾ Neste sentido, em entrevista ao escritor francês Dominique de Roux, em Março de 1972, afirma Spinola: "Em matéria de condução de povos, não acredito em fórmulas universais. Nem o 'Gaulismo francês' pode incarnar os destinos históricos de Portugal, nem tão-pouco poderemos pretender alinhar a França pelo figurino português. Cada nação tem a sua maneira de estar no mundo, a que corresponde uma linha de soluções". *No Caminho do Futuro*, p. 395.

⁽⁹⁹⁾ *Idem*, p. 98.

⁽¹⁰⁰⁾ César Oliveira, *Salazar e o seu tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991, p. 180.

O caminho seguido pelo Estado Novo, e prevalecte até à década de 1960, inclusive em termos de comércio externo, seria uma orientação económica totalmente direccionada para os mercados coloniais. No período de 1945-60, "o comércio colonial (africano e asiático) atingiu mesmo o zénite dos últimos duzentos anos⁽¹⁰¹⁾. Esta lógica económica, de circunscrição interna, de "preferência imperial", culminaria, já fora de tempo, na concepção do designado "espaço económico português", em 1961^{101 (102)}.

Porém, ao alheamento da construção europeia corresponderia o previsível esgotamento deste modelo económico. O *orgulho* salazarista cede então, em 1960, ante a força das circunstâncias e adere à European Free Trade Association (EFTA), seguindo-se, dois anos depois, a adesão ao General Agreement of Tariffs and Trade (GATT), futura Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esta abertura saldar-se-ia num espectacular crescimento económico entre 1960 e 1973, em especial a partir de 1968, que chegou a ser apelidado de "milagre económico português", mesmo apesar da dispendiosa guerra ultramarina, que terá inclusive, numa fase inicial, contribuído *positivamente* para esse facto.

Spínola reconhece o sucesso, que se caracteriza, segundo ele, e "contrariamente à primeira fase do pós-guerra, por uma recuperação significativa do atraso económico do país, [...] referido internacionalmente como um importante caso de crescimento económico, sendo por diversos autores associado à dinâmica dos então chamados 'Novos Países Industrializados' (NPI)"⁽¹⁰³⁾.

E perante a *euforia* económica e o sonho europeu (em construção), vividos pela chamada "vanguarda tecnocrata", designação muito utilizada por F. Nogueira⁽¹⁰⁴⁾ e até A. Moreira⁽¹⁰⁵⁾, emergente no marcelismo,

⁽¹⁰¹⁾Joaquim Ramos Silva, *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações económicas, 1992-2002*, Lisboa, Terramar, 2002, p. 40.

⁽¹⁰²⁾Decreto-lei 44016 de Novembro de 1961. *Idem*, pp. 40-41.

^{m)}*Idem*, *Linha de Acção*, pp. 41-42.

⁽¹⁰⁴⁾ Afirma o autor que o "tecnocrata" é "um homem ainda novo, ignorante que estudou o "Manual do País Exemplar", vê a nação em termos de chaminés de fábricas e electrodomésticos, e tem a audácia dos ignorantes". "16 Setas", *Política* (Lisboa), ano II, n° 28 (1-3-1971), p. 5.

aos "Q_s tecnocratas, que amam o poder e o dinheiro sem a responsabilidade, [...]", Adriano Moreira, *O Novíssimo Príncipe*, Prefácio, Lisboa, 2003 (edição original de 1977), p. 69.

Spínola é confrontado, em entrevista, em Junho de 1970, com o facto de ser "sugerida em certos sectores da opinião nacional a necessidade de se optar por urna política europeia ou por uma política africana". A sua resposta é firme e inequívoca. Afirmando que o chamado "problema ultramarino português" é um falso problema porquanto "não pode isolar-se o Ultramar da Metrópole", considerando que "somos urna Nação mais voltada para a África do que para a Europa e, como tal, não há lugar para a opção que refere"⁽¹⁰⁶⁾.

A opção que Spínola aqui rejeita é uma "total" adesão às comunidades europeias e consequente "deserção" africana, tal como surgia frequentemente formulada. Não descarta uma aproximação europeia, muito pelo contrário, reconhece a sua necessidade. A sua opinião sobre o processo de construção europeia vai nesse sentido.

Enquadrando sempre a questão num ponto de vista geo-estratégico e no contexto de Guerra-fria, Spínola afirma não crer "que alguém tenha dúvidas quanto ao imperativo de uma unificação europeia como condição de sobrevivência deste velho berço da civilização ocidental; é que, - continua - apesar das aparentes contradições ideológicas e das reais diferenças de estádio, das barreiras linguísticas e de certas diferenças entre concepções de vida, é muito mais profundo o que une e aproxima as nações europeias do que quanto as separa"⁽¹⁰⁷⁾.

O trânsito da Inglaterra e da Dinamarca da EFTA para a Comunidade Económica Europeia (CEE), lançaria o *irrecusável* apelo europeu a Portugal, que em 1972 assina um acordo de comércio preferencial.

O caminho a seguir passaria então, segundo Spínola, pela obrigatoriedade de se proceder a "revisões em ordem a harmonizar a nossa raiz europeia com o imperativo da extensa comunidade que também somos". Acrescentando que "não abriremos, nesse processo, qualquer precedente"⁽¹⁰⁸⁾. O que ia um pouco ao encontro de F. Nogueira, que, apesar do radicalismo empregue nas suas tomadas de posição⁽¹⁰⁹⁾,

^{m)}*Idem*, pp. 17-18.

⁽¹⁰⁷⁾António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Prefácio, Lisboa, 2003, p. 79.

⁽¹⁰⁸⁾*Idem*, p. 82.

⁽¹⁰⁹⁾Referindo-se àqueles que acreditam naquilo que ele designa por "mito europeu", com mais de "2000 anos", afirma que "não sentem a Nação Portuguesa na sua totalidade", até porque "nunca a Europa teve em conta os interesses puramente portugueses". *Idem*, p. 570.

que, em parte, deve ser compreendido em função da *inação* marcelista⁽¹¹⁰⁾, quando afirma que "[...] não temos que ser europeus ou antieuropeus: temos de pensar em termos portugueses [...] e obter o que nos for útil [...] sempre no quadro dos interesses portugueses [...]"⁽¹¹¹⁾.

Todavia, também no pensamento spinolista a equação permanecia de difícil formulação.

Insistindo na importância da presença portuguesa em África, em espírito de unidade plural, por ser a última ligação europeia a "uma África em ebulição"⁽¹¹²⁾, manifesta algumas objecções quanto à "inserção num contexto europeu de um Portugal constituído por territórios com elevado grau de autonomia política e administrativa e ao mesmo tempo integrados económica e financeiramente", devido ao "facto de uma integração portuguesa arrastar para o plano europeu uma capacidade competitiva que advém da disponibilidade de matérias-primas num espaço não europeu, independentemente do local onde ocorra a sua transformação"⁽¹¹³⁾.

Por não conceber um Portugal "unicontinental", o "General do monóculo" questiona a viabilidade dum aprofundamento da integração portuguesa na Europa. E conclui, "que tal situação de conflito seja solúvel na hipótese de se ficar pelos acordos comerciais, até porque na estrutura jurídica da Comunidade Europeia, os acordos comerciais não são reserva exclusiva de países europeus não aderentes nem associados"⁽¹¹⁴⁾.

Podendo tornar-se perceptível um certo anti-europeísmo em Spínola, o próprio esforça-se por o esbater, ao afirmar que "cremos bem que, no quadro actual, volta a desenhar-se, com justificada esperança, o pensamento de Jean Monnet; e ainda que os 'Estados Unidos da Europa' não tenham efectivamente começado, tudo leva a crer encontrar-se a Europa, de facto, no arranque da 'Confederação Europeia'"⁽¹¹⁵⁾.

⁽¹¹⁰⁾Cuja ambiguidade conduzia à tentativa de "conciliar o inconciliável, unir numa mesma tese projectos contraditórios", como escreveu José Manuel Tavares Castilho, *idem*, p. 68.

⁽¹¹¹⁾"Considerações de ordem política sobre a posição de Portugal em face da Europa", *Diário das Sessões* (da Assembleia Nacional), ano de 1970, nº 30 (8-4-1970), p. 569.

⁽¹¹²⁾*Idem*, *Por uma Guiné Melhor*, p. 180.

⁽¹¹³⁾*Idem*, *Portugal e o Futuro*, p. 63.

⁽¹¹⁴⁾ *Ibidem*.

⁽¹¹⁵⁾*Idem*, pp. 80-81.

No fundo, e independentemente dos seus sentimentos mais profundos e dos objectivos políticos do momento, o pensamento spinolista assume uma posição sobretudo crítica e reservada, procurando uma solução, que sabia ser difícil, que permitisse a Portugal manter uma dimensão política e económica (níveis de soberania e autonomia) concordantes com a propugnada dimensão histórica, humana e cultural, cuja hipotética plena adesão à CEE *irremediavelmente* comprometeria.

7. Conclusão

O *logos/praxis* spinolista desenvolvidos na Guiné colocam sérias dificuldades de definição e enquadramento político/ideológico. Dificuldades extensíveis à actuação de Spinola no período subsequente, finalizado com o discurso citado na *Introdução*.

Neste sentido, afigurar-se-á imprudente e dúbia qualquer interpretação da actuação de Spinola nos mencionados treze meses desvinculada do pensamento produzido e ensaiado na Guiné. Cujá leitura aconselha a uma *re-problematização* do *spinolismo* em relação às principais questões que se colocaram com o 25 de Abril. E talvez a maior, pelo menos para Spinola, seria a questão da *descolonização*.

Uma vez instituída a Junta de Salvação Nacional, logo esta se atribuiria a responsabilidade de nomear o Presidente da República. Spinola foi o nomeado para o cargo. Quer porque havia recebido o poder directa e simbolicamente das mãos de Marcello Caetano, por vontade expressa deste, no dia 25 de Abril, quer porque Costa Gomes, primeira escolha do MFA, deu um passo atrás e o propôs a ele, o único General munido de um escol, de um grupo de suporte (os "spinolistas"), aspecto vital num cenário de golpe de estado e previsível processo revolucionário.

Apesar de o Presidente da República ser "apenas" o responsável oficial, perante a Nação, do programa do MFA, Spinola conseguira impor-se à Comissão Coordenadora do Movimento e eliminou do Programa inicialmente redigido as alíneas relativas à descolonização, que os Capitães pretendiam imediata, sem condições ou definição de um período de transição. Ou seja, sem plano ou programa.

Contudo, as alterações ao Programa do movimento sobreviveriam apenas três meses. A 26 de Julho de 1974, Spinola e o seu modelo descolonizador (que basicamente era a derradeira versão, *modelada* pelas

circunstâncias, do seu conceito de "autodeterminação") eram definitivamente ultrapassados pela Lei nº 7/74, que basicamente determinava a entrega imediata do governo das províncias/estados ultramarinos aos principais partidos guerrilheiros (PAIGC, FRELIMO e MPLA).

No discurso de 27 de Julho⁽¹¹⁶⁾ do mesmo ano, na sequência da Lei nº 7/74, em coerência com o seu pensamento e, sobretudo, discurso da Guiné, fazia ainda questão de manifestar o seu desejo de que as populações das províncias ultramarinas "tudo façam para que o seu sonho se não desencante, e a liberdade, a democracia, a multirracialidade e o progresso social por que anseiam sejam uma realidade e não apenas uma motivação explorada por terceiros"⁽¹¹⁷⁾.

À medida que se ia estreitando a saída política para o problema, ia-se aproximando Spínola do núcleo central da questão. No fundo, quando se refere à "multirracialidade" no seu discurso, está a apontar no sentido da "ideia" defendida por Adriano Moreira, claramente expressa em entrevista: "África só tem um futuro razoável, aceitável, humano, se as populações europeias puderem ficar. Isto para mim era uma evidência. E essa evidência parece não ter sido aceite"⁽¹¹⁸⁾.

Porém, a *evidência* que então era unânime e fundamentadamente aceite era a de que a *descolonização* vinha fora de tempo, com pelo menos catorze anos de atraso. Qualquer tentativa, mesmo em 1972 ou 1973, vinha fora de tempo, resultando por isso em tarefa de superior dificuldade - "impossibilidade" - e reduzida legitimidade - "inviabilidade" -, devido à manutenção de um conflito militar por catorze anos.

Para o primeiro Presidente da República pós Estado Novo, a necessidade de constatação da *evidência do atraso*, término da guerra e imediato reconhecimento da independência das antigas colónias, não prescindia da elaboração e execução de um programa de descolonização. As circunstâncias poderiam definir o nível de dificuldade e configuração geral do programa, mas jamais justificavam a sua não prossecução. Que se pretendia concordante, fundamentalmente, com, segundo palavras

⁽¹¹⁶⁾António de Spínola, *A Paz na África Portuguesa Alcançada na Justiça e na Liberdade (comunicação ao país pelo Presidente da República General António de Spínola, 27 de Julho de 1974)*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 1974.

⁽¹¹⁷⁾*Idem*, p. 9.

⁽¹¹⁸⁾João Paulo Guerra, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, p. 19.

do cabo-verdiano Corsino Tolentino⁽¹¹⁹⁾, "esse algo comum, que é uma espécie de capital social, que paira no ar e que a gente sente quando circula em qualquer dos nossos países ou em qualquer ambiente onde se fala a língua portuguesa, [...], esta reacção quase instintiva que temos perante algo que nos pertence e que "representa ou sintetiza um capital que foi passando de geração em geração e que nos pertence a todos e, mais do que isso, pertence ao futuro"⁽¹²⁰⁾.

⁽¹¹⁹⁾Antigo Ministro da Educação, Embaixador de Cabo Verde e Director da Fundação Gulbenkian. Palavras proferidas a 23 de Janeiro de 2004, em entrevista conduzida por José Filipe Pinto.

⁽¹²⁰⁾José Filipe Pinto, *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*, Lisboa, Instituto Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, p. 289.